

ACEF/1819/0224582 — Relatório preliminar da CAE

Contexto da Avaliação do Ciclo de Estudos

Relatório da CAE - Ciclo de Estudos em Funcionamento.

Contexto da Avaliação do Ciclo de Estudos

Nos termos do regime jurídico da avaliação do ensino superior (Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto), a avaliação externa dos ciclos de estudos deve ser realizada periodicamente. A periodicidade fixada é de seis anos.

O processo de avaliação/acreditação de ciclos de estudo em funcionamento (Processo ACEF) tem por elemento fundamental o relatório de autoavaliação elaborado pela instituição avaliada, que se deve focar nos processos que se julgam críticos para garantir a qualidade do ensino e nas metodologias para monitorizar/melhorar essa qualidade, incluindo a forma como as instituições monitorizam e avaliam a qualidade dos seus programas de ensino e da investigação.

A avaliação é efetuada por uma Comissão de Avaliação Externa (CAE), composta por especialistas selecionados pela Agência com base no seu currículo e experiência e apoiada por um funcionário da Agência, que atua como gestor do procedimento. A CAE analisa o relatório de autoavaliação e visita a instituição para confirmar as informações do relatório e proceder à sua discussão com representantes da instituição.

Antes do termo da visita, a Comissão reúne para discutir as conclusões sobre os resultados da avaliação e organizar os itens a integrar no relatório de avaliação externa a ser apresentado oralmente. Esta apresentação é da responsabilidade do(a) Presidente da CAE e deve limitar-se a discutir os resultados da sua análise em termos de aspetos positivos, deficiências, propostas de melhoria e outros aspetos que sejam relevantes no contexto da avaliação.

A CAE, usando o formulário eletrónico apropriado, prepara, sob supervisão do seu Presidente, a versão preliminar do Relatório de Avaliação Externa do ciclo de estudo. A Agência remete o relatório preliminar à instituição de ensino superior para apreciação e eventual pronúncia, no prazo regularmente fixado. A Comissão, face à pronúncia apresentada, poderá rever o relatório preliminar, se assim o entender, competindo-lhe aprovar a sua versão final e submetê-la na plataforma da Agência.

Compete ao Conselho de Administração a deliberação final em termos de acreditação. Na formulação da deliberação, o Conselho de Administração terá em consideração o relatório final da CAE e, havendo ordens e associações profissionais relevantes, será igualmente considerado o seu parecer. O Conselho de Administração pode, porém, tomar decisões não coincidentes com a recomendação da CAE, com o intuito de assegurar a equidade e o equilíbrio das decisões finais. Assim, o Conselho de Administração poderá deliberar, de forma fundamentada, em discordância favorável (menos exigente que a Comissão) ou desfavorável (mais exigente do que a Comissão) em relação à recomendação da CAE.

Composição da CAE

A composição da CAE que avaliou o presente ciclo de estudos é a seguinte (os CV dos peritos podem ser consultados na página da Agência, no separador [Acreditação e Auditoria / Peritos](#)):

António F. C. Cachapuz
Maria Filomena Teixeira
José Manuel Vez
Sara Filipa Pinheiro

1. Caracterização geral do ciclo de estudos

1.1. Instituição de Ensino Superior:

Instituto Politécnico De Bragança

1.1.a. Outra(s) Instituição(ões) de Ensino Superior (proposta em associação):

1.2. Unidade orgânica:

Escola Superior De Educação De Bragança

1.2.a. Outra(s) unidade(s) orgânica(s) (proposta em associação):

1.3. Ciclo de estudos:

Educação Básica

1.4. Grau:

Licenciado

1.5. Publicação em D.R. do plano de estudos em vigor (nº e data):

1.5._LEB.pdf

1.6. Área científica predominante do ciclo de estudos:

Formação na Área da Docência

1.7.1 Classificação CNAEF - primeira área fundamental:

144

1.7.2 Classificação CNAEF - segunda área fundamental, se aplicável:

<sem resposta>

1.7.3 Classificação CNAEF - terceira área fundamental, se aplicável:

<sem resposta>

1.8. Número de créditos ECTS necessário à obtenção do grau:

180

1.9. Duração do ciclo de estudos (art.º 3 Decreto-Lei 74/2006, de 24 de março, com a redação do Decreto-Lei 63/2016 de 13 de setembro):

3 anos, 6 semestres

1.10. Número máximo de admissões aprovado no último ano letivo:

64

1.10.1. Número máximo de admissões pretendido (se diferente do número anterior) e sua justificação

1.11. Condições específicas de ingresso.

Podem candidatar-se a esta Licenciatura, através de concurso nacional, os estudantes titulares do 12º ano de escolaridade ou equivalente, com uma classificação mínima de 95 pontos, numa escala de 0 a 200, numa das seguintes provas nacionais de ingresso: Matemática Aplicada às Ciências Sociais

(17) e Português (18).

Podem ainda candidatar-se, nos concursos especiais:

- os estudantes provenientes do sistema de ensino português, por reingresso, mudança de curso e transferência;
- os titulares de um Curso de Especialização Tecnológica;
- os titulares de um Curso Técnico Superior Profissional;
- os maiores de 23 anos que tenham realizado exame extraordinário de avaliação de capacidade para acesso ao Ensino Superior;
- os titulares de Cursos Médios ou Superiores;
- os estudantes provenientes de sistemas de ensino superior estrangeiro.

1.12. Regime de funcionamento.

Diurno

1.12.1. Outro:

1.13. Local onde o ciclo de estudos é ministrado:

Instalações da ESE/IPB, localizadas no Campus de Santa Apolónia na cidade de Bragança.

1.14. Eventuais observações da CAE:

O número máximo de admissões (n= 64) é compatível com a dimensão do corpo docente (N= 43), estruturas e serviços de apoio.

2. Corpo docente

Perguntas 2.1 a 2.5

2.1. Coordenação do ciclo de estudos.

O docente ou docentes responsáveis pela coordenação do ciclo de estudos têm o perfil adequado:

Sim

2.2. Cumprimento de requisitos legais.

O corpo docente cumpre os requisitos legais de corpo docente próprio, academicamente qualificado e especializado:

Sim

2.3. Adequação da carga horária.

A carga horária do pessoal docente é adequada:

Em parte

2.4. Estabilidade.

A maioria dos docentes mantém ligação à instituição por um período superior a três anos:

Sim

2.5. Dinâmica de formação.

O número de docentes em programas de doutoramento há mais de um ano é adequado às necessidades de qualificação académica e de especialização do corpo docente do ciclo de estudos, quando necessário:

Sim

2.6. Apreciação global do corpo docente

2.6.1. Apreciação global

RAA e resposta (4/07/19).

- A coordenação do CE é assegurada por uma Comissão do Curso com perfil adequado às funções, em particular a coordenadora, com doutoramento, tempo integral e perfil académico (Educação) e

profissional adequados.

- Corpo docente N= 43 (dados atualizados na resposta de 04/07/19), próprio (36,7 ETI), maioritariamente qualificado (28 docentes com PhD). Na atualização do corpo docente (ver resposta) saíram 2 docentes (não doutorados) e entraram 3 (doutorados).
- Dinâmicas de formações aceitáveis (3 docentes em doutoramento de acordo com resposta). Dos 43 docentes do curso (dados atualizados em resposta do 04/07/19), 14 são docentes a tempo parcial, em diversos casos com limitado perfil académico (lic. e mestres). A percentagem de docentes em tempo integral com grau de doutor aumentou consideravelmente com respeito à avaliação de 2013.
- Todavia a percentagem dos que têm vínculo por período igual ou superior a 3 anos (apenas 28 docentes, resposta de 04/07/19) evidencia dificuldade na estabilização do corpo docente.
- Apesar de melhorias em relação à avaliação anterior, vários docentes não apresentam perfil relevante na sua área de docência no CE, em particular no domínio das didáticas específicas em que a situação não se alterou substancialmente desde a última avaliação. O mesmo se aplica à área das Expressões.
- A carga horária letiva é, em geral, adequada mas não é indicada a carga horária nas dimensões de investigação e de atividades administrativas. Verificam-se assimetrias consideráveis na carga horária dos docentes com várias UC envolvendo docentes com uma participação mínima na sua lecionação.

2.6.2. Pontos fortes

A percentagem de docentes em tempo integral com grau de doutor aumentou consideravelmente relativamente à avaliação de 2013.

2.6.3. Recomendações de melhoria

- O facto de uma parte substancial do corpo docente da LEB não ter uma situação profissional de tempo integral neste CE e várias UC envolverem docentes com uma participação mínima na sua lecionação dificulta a construção de uma cultura identitária deste campo de estudo.
- É preciso incentivar e apoiar a qualificação científica de alguns professores na sua área de docência no CE, em particular no domínio das Áreas das Expressões e promover acções de formação dos seus docentes neste âmbito. Garantir que todas as UCs no âmbito das didáticas específicas são leccionadas por docentes com formação específica nesse domínio.
- Melhorar a coordenação horizontal entre os docentes do curso.
- Melhorar o nível científico das UC da área da FAD.

3. Pessoal não-docente

Perguntas 3.1. a 3.3.

3.1. Competência profissional e técnica.

O pessoal não-docente tem a competência profissional e técnica adequada ao apoio à lecionação do ciclo de estudos:

Sim

3.2. Adequação em número.

O número e o regime de trabalho do pessoal não-docente correspondem às necessidades do ciclo de estudos:

Sim

3.3. Dinâmica de formação.

O pessoal não-docente frequenta regularmente cursos de formação avançada ou de formação contínua:

Sim

3.4. Apreciação global do pessoal não-docente

3.4.1. Apreciação global

O pessoal não docente (n= 23 funcionários) não se encontra especificamente afeto ao CE. Contudo 48% (n= 11)

possuem habilitação superior. Possuem, ainda, vínculo estável à ESEB

3.4.2. Pontos fortes

Nenhum

3.4.3. Recomendações de melhoria

Nada a referir

4. Estudantes

Pergunta 4.1.

4.1. Procura do ciclo de estudos.

Verifica-se uma procura consistente do ciclo de estudos por parte de potenciais estudantes ao longo dos 3 últimos anos:

Em parte

4.2. Apreciação global do corpo discente

4.2.1. Apreciação global

- A procura do CE é baixa (dados atualizados pela instituição em 04/07/19): 15 estudantes no 1º ano, 31 no 2º, e 35 no 3º ano). O reduzido número de estudantes não favorece a vivência de um ambiente desejado para uma formação de ensino superior.

- Nos últimos 3 anos, 34 estudantes ao abrigo de creditação de formação certificada, 7 da Univ. dos Açores e 18 oriundos de CTeSP. Nenhum caso de creditação da experiência profissional (resposta de 10.06.19)

- As notas de candidatura do último colocado/média de entrada são baixas.

- Bom clima pedagógico e humano baseado num relacionamento de proximidade e de confiança entre estudantes,

delegados de curso, coordenação, professores e trabalhadores não docentes. No entanto, os estudantes desconhecem a figura do Provedor do estudante do Instituto Politécnico de Bragança.

4.2.2. Pontos fortes

Proximidade e bom relacionamento docente/discente.

4.2.3. Recomendações de melhoria

- Rever a baixa procura do ciclo de estudos. O foco da estratégia da IES tem de passar por processos de captação de estudantes. Entre as recomendações, no prazo de 12 meses, indicadas pela CAE na avaliação anterior figurava já a necessidade de “Desenhar um plano estratégico de melhoria da procura pelos alunos deste ciclo de estudos”. Nada é dito neste RAA sobre o assunto.

- Informar os estudante da existência de um provedor do estudante no IPB, de suas funções e acesso. Apesar da proximidade e boa relação entre docentes/discentes, as funções do Provedor não atravessam precisamente os mesmos caminhos.

- Realçar o maior envolvimento das e dos estudantes em decisões/reflexões com o objetivo de se atingirem melhorias no curso e uma construção atenta à relação entre a formação académica e as expectativas profissionais.

5. Resultados académicos

Perguntas 5.1. e 5.2.

5.1. Sucesso escolar

O sucesso escolar da população discente é satisfatório e é convenientemente acompanhado:

Em parte

5.2. Empregabilidade

Os níveis de empregabilidade dos graduados pelo ciclo de estudos não revelam dificuldades de transição para o mercado de trabalho:

Sim

5.3. Apreciação global dos resultados académicos

5.3.1. Apreciação global

- Os dados apresentados no RAA evidenciam que, nos três últimos anos, a maioria dos estudantes que ingressam no CE, terminam o curso em N anos: 19/21; 23/28 e 24/36.

- Há diferenças significativas no sucesso escolar entre as diferentes áreas científicas do CE: a FAD tem a média mais baixa e a IPP a mais alta. O RAA aponta (6.1.3) como possíveis razões de a FAD ter a menor média (12,83 valores):

"Nível de conhecimentos dos alunos à entrada no curso (Cf. média de entrada); dificuldade na aprendizagem de conhecimentos essenciais, como forma de garantia da formação consolidada e exigida na área da docência".

No entanto, não se apresentam estratégias de superação desses "conhecimentos essenciais", em particular em 8.2 do RAA.

5.3.2. Pontos fortes

Nada a referir.

5.3.3. Recomendações de melhoria

- Melhorar a eficiência formativa.

- Desenvolver uma estratégia que melhore a formação dos estudantes na área da FAD (p. ex. cursos intensivos à entrada do 1º semestre após diagnóstico de fragilidades em "conhecimentos essenciais", acompanhamento próximo com tutores, aprofundar cooperação horizontal e vertical entre docentes envolvidos na FAD, etc...)

6. Resultados das atividades científicas, tecnológicas e artísticas

Perguntas 6.1. a 6.5.

6.1. Centros de Investigação

A instituição dispõe de recursos organizativos e humanos que integrem os seus docentes em atividades de investigação, seja por si ou através da sua participação ou colaboração, ou dos seus docentes e investigadores, em instituições científicas reconhecidas:

Em parte

6.2. Produção científica ou artística

Existem publicações científicas do corpo docente do ciclo de estudos em revistas internacionais com revisão por pares, livros e capítulos de livro ou trabalhos de produção artística, ou publicações resultantes de atividades de investigação orientada ou de desenvolvimento profissional de alto nível, nos últimos cinco anos, com relevância para a área do ciclo de estudos:

Em parte

6.3. Outras publicações

Existem outras publicações do corpo docente com relevância para a área do ciclo de estudos, designadamente de natureza pedagógica:

Sim

6.4. Atividades de desenvolvimento tecnológico e artístico

As atividades de desenvolvimento tecnológico e artístico, prestação de serviços à comunidade e formação avançada na(s) área(s) fundamental(ais) do ciclo de estudos representam um contributo real para o desenvolvimento nacional, regional e local, a cultura científica e a ação cultural, desportiva e artística:

Sim

6.5. Integração em projetos e parcerias nacionais e internacionais

As atividades científicas, tecnológicas e artísticas estão integradas em projetos e/ou parcerias nacionais e internacionais:

Sim

6.6. Apreciação global dos resultados das atividades científicas, tecnológicas e artísticas

6.6.1. Apreciação global

- Existe uma recém criada unidade de investigação (CIEB) que inclui a área do CE (de acordo com informação da FCT, a avaliação do CIEB, Junho de 2019, é BOM; a coordenadora é membro do staff)
. Apenas 9 docentes (de um total de 43) estão integrados no CIEB.

- Outros 11 docentes estão integrados em Centros de investigação externos (algum com boa classificação da FCT), mas nem sempre na área predominante do CE.

- A produção científica entre o staff é algo assimétrica mas, em termos globais, as publicações do corpo docente melhoraram a situação da avaliação anterior. Alguns docentes publicam artigos em revistas internacionais peer-review bem indexadas ou em editoras internacionais de bom nível (p. ex. Cambridge Scholars Publishing ou Springer International Publishing) (ver resposta de 04/07/19).

- Relativamente às atividades de desenvolvimento tecnológico e artístico, prestação de serviços à comunidade e formação avançada na(s) área(s) científica(s) fundamental(ais) do CE, são evidenciadas em 6.2.4 os diferentes acordos bilaterais estabelecidos com elevado número de

instituições, sem que se explicita o envolvimento de docentes do curso e sem indicar qual o impacto de tais atividades neste curso específico.

6.6.2. Pontos fortes

- Alguns docentes com um bom envolvimento em projetos de investigação e com a sua sistematização em publicações que disseminam o conhecimento produzido.
- Reconhecimento do CIEB pela FCT.

6.6.3. Recomendações de melhoria

- Ampliar a todo o corpo docente a integração em centros de investigação de bom nível (FCT), o envolvimento em projetos de investigação e a sua sistematização em publicações que disseminem o conhecimento produzido, em particular de nível internacional.
- Consolidar, aprofundar e alargar o trabalho do CIEB.

7. Nível de internacionalização

Perguntas 7.1. a 7.3.

7.1. Mobilidade de estudantes e docentes

Existe um nível significativo de mobilidade de estudantes e docentes do ciclo de estudos:

Em parte

7.2. Estudantes estrangeiros

Existem estudantes estrangeiros matriculados no ciclo de estudos (para além de estudantes em mobilidade):

Em parte

7.3. Participação em redes internacionais

A instituição participa em redes internacionais com relevância para o ciclo de estudos:

Sim

7.4. Apreciação global do nível de internacionalização

7.4.1. Apreciação global

- A internacionalização do curso é aceitável embora com assimetrias. Existe um razoável (59,2%) número de estudantes Erasmus (in), embora a participação dos alunos na mobilidade out-going seja reduzida (5,3 %) como reconhecido na análise SWOT do CE. Mas, ainda assim, melhora em relação à avaliação anterior.

- A participação dos docentes na mobilidade internacional/out (46.1%) e docentes estrangeiros, incluindo docentes em mobilidade (in) (57,6%) melhorou em relação à avaliação anterior.

- Boa participação em redes internacionais com relevância para o CE.

7.4.2. Pontos fortes

Existência de redes de parcerias internacionais (6.3.2, RAA) podendo potencializar a internacionalização do CE.

7.4.3. Recomendações de melhoria

- No que respeita à mobilidade internacional de estudantes, há que refletir sobre as ações de melhoria propostas no RAA. Será suficiente "Incrementar medidas de captação e integração de estudantes internacionais, nomeadamente dos PALOP para a frequência do CE" (ponto 8.2.1. RAA) ?

- Quanto ao corpo docente, importa aproveitar as possibilidades que as parcerias e envolvimento em redes internacionais podem proporcionar, tendo em vista incrementar a mobilidade docente

(in-coming e out-going).

8. Organização interna e mecanismos de garantia da qualidade

Perguntas 8.1 a 8.6

8.1. Sistema interno de garantia da qualidade

Existe um sistema interno de garantia da qualidade, a nível da Instituição ou da Unidade Orgânica, certificado pela A3ES:

Não (continua no campo 8.2)

8.2. Mecanismos de garantia da qualidade

Existem mecanismos de garantia da qualidade do ciclo de estudos e das atividades desenvolvidas pelos serviços ou estruturas de apoio aos processos de ensino e aprendizagem:

Em parte

8.3. Coordenação e estrutura(s) de apoio

Existem um coordenador e estrutura(s) responsáveis pela implementação dos mecanismos de garantia da qualidade do(s) ciclo(s) de estudos:

Sim

8.4. Avaliação do pessoal docente

Existem procedimentos de avaliação do desempenho do pessoal docente e estão implementadas medidas conducentes à sua permanente atualização e desenvolvimento profissional:

Sim

8.5. Avaliação do pessoal não-docente

Existem procedimentos de avaliação do pessoal não-docente e estão implementadas medidas conducentes à sua permanente atualização e desenvolvimento profissional:

Sim

8.6. Outras vias de avaliação

Existiram outras avaliações do ciclo de estudos ou de natureza institucional, nos últimos cinco anos, não conduzidas pela A3ES:

Não

8.6.1. Conclusões de outras avaliações (quando aplicável)

Não aplicável

8.7. Apreciação global dos mecanismos de garantia da qualidade

8.7.1. Apreciação global

- A IES iniciou um processo de avaliação da garantia da qualidade, embora ainda em fase de implementação. A dimensão até agora mais desenvolvida prende-se com os processos de ensino e aprendizagem, nomeadamente a partir de dados dos inquéritos pedagógicos. O sistema interno de garantia da qualidade não está certificado pela A3ES.

Há avanços na desmaterialização da informação mas subsistem problemas na articulação entre os diferentes serviços (visita).

- Há um Manual de Garantia da Qualidade.

- O RAA apresenta um Relatório de Autoavaliação da Licenciatura em Educação Básica elaborado pela Comissão de Curso

- Mecanismos de garantia da qualidade: 1) Regulamento de Frequência e Avaliação; 2) as FUC; 3) Os IP; 4) as Plataformas online; 5) O Sistema de Avaliação do Desempenho do Pessoal Docente; 6) Sistema de Garantia da Qualidade certificado desde 17/02/2011, de acordo com a norma ISO 9001; 7) Inquérito da Comissão de Curso aos estudantes.

- O Pessoal Docente e o Pessoal Não Docente asseguram o cumprimento do SIGQ e a recolha de informação pertinente para efeitos de monitorização e medição.
- Avaliação trianual do desempenho dos docentes em tempo integral: A avaliação é realizada em ciclos de 3 anos: atividades agrupadas em 3 dimensões – Técnico-científica, Pedagógica e Organizacional.
- Avaliação anual simplificada (apenas 10 itens) do desempenho dos docentes em tempo parcial.
- Desempenho do PND avaliado anualmente em conformidade com o previsto no SIADAP. No início de cada biénio, são fixados os objetivos para cada funcionário.
- Em função das necessidades identificadas na avaliação do PND, organiza-se a formação ao longo do ano tendo em vista melhorar as suas qualificações.

8.7.2. Pontos fortes

Nenhum

8.7.3. Recomendações de melhoria

- Implementar um adequado sistema interno de garantia de qualidade em linha com referenciais recomendados.
- Os processos de avaliação da qualidade do CE devem ultrapassar a dimensão do ensino e da aprendizagem.
- Explorar outras vias externas de avaliação da qualidade do CE.
- Evitar a burocratização dos processos.
- Incentivar e apoiar a qualificação científica relevante dos professores na sua área de docência no CE.
- Explorar o RAA como um instrumento de aprendizagem (deve referir-se que a IES não aproveitou a oportunidade de seu relatório RAA para uma reflexão aprofundada sobre o CE, levando em conta que apenas indica um único ponto fraco em sua análise SWOT da LEB): "...ainda não está totalmente conseguida a existência de um espaço de partilha e reflexão sobre propostas de articulação de práticas pedagógicas, bem como a construção de projetos comuns".

9. Melhoria do ciclo de estudos - Evolução desde a avaliação anterior e ações futuras de melhoria

9.1. Evolução desde a avaliação anterior

- Foram tomadas medidas pertinentes para integrar as recomendações da CAE na avaliação anterior (ver ponto 2 do RAA):

1) As condições no imediato (Operacionalizar objetivos de aprendizagem; melhorar a articulação entre as UC; e valorizar a formação para a investigação em educação nas diferentes UC) foram todas resolvidas.

2) As condições no prazo de 12 meses apenas foram resolvidas em parte. (Melhorar a mobilidade dos estudantes, nomeadamente a nível internacional; Melhorar a mobilidade de docentes com envolvimento em redes nacionais e internacionais potenciadoras da qualidade da formação e investigação, e incrementar a internacionalização do ciclo de estudos = Resolvido em parte com melhoria da participação dos docentes do CE em projetos nacionais e internacionais; Desenhar um plano estratégico de melhoria da procura pelos alunos deste ciclo de estudos = Nada é dito sobre isto; Repensar a gestão e organização do ciclo de estudos, de forma a evitar a fragmentação dos órgãos institucionais e a melhorar a articulação entre eles = Resolvido em parte com melhorias na articulação vertical e horizontal; Repensar e reformular mecanismos e procedimentos de garantia de qualidade e rigor do ciclo de estudos = Resolvido em parte.

3) As condições no prazo de 36 meses ficam pendentes de serem resolvidas no seu conjunto:

(Melhorar a atividade e produção científicas de qualidade dos docentes, em particular em publicações com "peer-review" e de nível internacional e na participação em projetos de investigação. Todos os docentes devem publicar em revistas com referee e com padrões internacionais = Não resolvido; Definir uma estratégia de desenvolvimento de linhas de investigação na ESE-Bragança à luz das atuais políticas de apoio à investigação por parte da FCT de forma a torná-lo um instrumento de apoio efetivo à investigação = Resolvido apenas em parte com o reconhecimento do CIEB pela FCT, melhoria da integração dos docentes em redes de investigação / grupos de trabalho; Criar equipas sustentáveis, eventualmente em parceria com outros centros nacionais e /ou estrangeiros = Resolvido em parte já que só a maioria dos docentes não está integrada no CIEB ou outros centros FCT:

- Há uma melhoria do desenho e articulação da estrutura curricular, em particular: articulação entre as UC de didáticas específicas e as UC da formação na Área da Docência; inclusão da UC "Seminário de Investigação em IPP"; UC de opção na área da FEG; introdução de UC obrigatórias na área das Ciências da Natureza, nomeadamente com a inclusão da UC "Fundamentos de Ciências Físico-Químicas"; a componente de formação IPP, inicialmente contemplada por uma UC anual, desdobrou-se em duas UC de modo a incluir contextos não formais).

- Há alterações significativas quanto a instalações e equipamentos (aquisição de novos equipamentos e remodelação de um espaço para albergar o CIEB e Laboratório de Inovação Pedagógica).

- Houve melhorias quanto a parcerias nacionais e internacionais (melhoria da participação dos docentes do CE em projetos nacionais e internacionais)

- Houve alterações nas estruturas de apoio aos processos de ensino e aprendizagem (valorização da formação para a investigação em educação nas diferentes UC; melhorias na articulação vertical e horizontal do CE)

- Houve alterações relativas à IPP (atualização de protocolos existentes para incluir contextos não formais da IPP como p. ex. Centro de Ciência Viva, o Museu de Arte Contemporânea Graça Morais; etc.) embora insuficientes (ver a distribuição dos estudantes pelos diversos contextos não formais em Resposta ao pedido da CAE de 11/06/2019).

9.2. Apreciação e validação das propostas de melhoria futura

O RAA só apresenta uma proposta:

"Criar momentos de partilha, discussão de práticas e construção de projetos comuns".

O foco são os processos mas nada se diz sobre o conteúdo. Dada a sua generalidade fica por esclarecer sobre que matérias se considera pertinente elaborar a discussão (p. ex., coordenação

horizontal e vertical do currículo do CE?) ou ainda que tipo de projetos comuns (p. ex., inovação, investigação, nacionais/internacionais)? Alguns destes? Todos estes? Outros? Se sim, quais? Tal como referido anteriormente não se explorou adequadamente o RAA como instrumento de aprendizagem.

10. Reestruturação curricular (se aplicável)

10.1. Apreciação e validação da proposta de reestruturação curricular

Não há proposta de reestruturação curricular.

11. Observações finais

11.1. Apreciação da pronúncia da instituição (quando aplicável)

Não aplicável no momento

11.2. Observações

De um modo geral os PONTOS FORTES referidos na análise SWOT estão em linha com a análise da CAE. De realçar pelo seu sentido estratégico a criação do Centro de Investigação em Educação Básica (CIEB) e seu reconhecimento recente pela FCT (ver informação acima). O trabalho do CIEB deve ser aprofundado e alargado ao corpo docente e a docentes externos com perfil adequado.

Se em relação aos pontos fortes a análise SWOT está genericamente em linha com a análise da CAE, no que respeita aos PONTOS FRACOS faltou explorar o RAA como um instrumento de aprendizagem (apenas se indica um único PONTO FRACO na SWOT da LEB) o que contrasta com argumentos sustentados da CAE neste relatório e referidos em várias secções anteriores.

A menção de "Reforçar a possibilidade de estender a habilitação para a docência no 3.º ciclo do ensino básico", referida como OPORTUNIDADE, deve depender, entre outros, da formação científica e didática dos docentes.

A desvalorização da existência da Iniciação à Prática Profissional em contextos não formais (referida pelos alunos) como CONSTRANGIMENTO, foi amplamente abordada durante a visita. No entender da CAE a questão ficou melhor esclarecida já que o trabalho em contextos não escolares (por exemplo, pequenos projectos de inovação com futuros alunos envolvendo organizações exteriores à escola), mesmo para os que pretendem seguir a via ensino (a grande maioria), é uma dimensão de trabalho cada vez mais presente nas escolas. É desejável que a coordenação do curso e direcção do departamento abram reflexão alargada com os estudantes do último ano sobre a relação entre a formação académica realidades profissionais.

11.3. PDF (máx. 100kB)

<sem resposta>

12. Conclusões

12.1. Apreciação global do ciclo de estudos

O CE contribui de modo significativo para a formação de licenciados em Educação Básica. Está bem organizado e de acordo com a legislação aplicável. A coordenação é adequada e a instituição tem estruturas e serviços de apoio adequados.

A ESEB foi capaz de introduzir melhorias desde a última avaliação pela A3ES, incluindo a organização curricular, qualificação do corpo docente, incremento da produção científica, internacionalização e sistema interno de garantia da qualidade.

São visíveis esforços na melhoria da investigação e de estruturas de apoio ao ensino e aprendizagem. Foi criado o Centro de investigação em Educação Básica, recentemente reconhecido pela FCT. O CE contribui para o desenvolvimento regional e local e promove ações de interação com a comunidade. O trabalho feito até agora deve ser aprofundado. Apesar das melhorias referidas neste relatório, são necessárias melhorias a nível do corpo docente (sobretudo), na investigação e produção científicas, nível científico de ensino superior de algumas UC, captação de estudantes, mobilidade discente e sistema interno de garantia de qualidade.

A instituição deve agora aprofundar o trabalho feito e explorar este relatório da CAE como um instrumento de aprendizagem promovendo a sua discussão adequada, a fim de levar a cabo as diversas recomendações feitas pela CAE, incluindo a consolidação do sistema interno de garantia da qualidade (ver CAE 8.7.1/3) bem como as melhorias a que ela própria se comprometeu (RAA 8.2).

12.2. Recomendação final.

Com fundamento na apreciação global do ciclo de estudos, a CAE recomenda:

O ciclo de estudos deve ser acreditado

12.3. Período de acreditação condicional (se aplicável):

<sem resposta>

12.4. Condições:

N/A